

Estruturação de Parcerias Público-Privada (PPP) e Concessões



Instrutor: Marcus Rodrigo de Senna

Formado em Direito (1986) pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com MBA em Direito da Economia e da Empresa (2003) pela Fundação Getúlio Vargas. Advogado com mais de 37 anos de profissão, atua na área de infraestrutura há mais de 20 anos, com experiência na condução de questões complexas relacionadas a concessões, autorizações, Parcerias Público-Privadas, licitações e processos licitatórios. Por 11 anos, ocupou o cargo de Diretor Jurídico do Grupo CCR, atuando em questões regulatórias complexas, incluindo contratos administrativos, consórcios e convênios públicos, licitações públicas, Parcerias Público-Privadas, concessões, dentre outros, tendo recebido premiações como *Silver Award* (2016, 2017 e 2018) pelo Leaders League e como primeiro lugar Latino-americano (2012) e Global (2012) na categoria *Regulatory Non-financial Services*, pela *International Law Office* e *Association of Corporate Counsel*. Atualmente, atua como advogado com ênfase nas áreas de Infraestrutura e Direito Administrativo, assessorando clientes em diversas questões regulatórias.

Apresentação

A delegação de serviços públicos por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões apresenta desafios significativos tanto para gestores públicos quanto para particulares. O processo inicia-se com a análise da viabilidade da delegação, escolha do modelo, verificação de sua viabilidade e definição dos investimentos desejados e seu cronograma, culminando na estruturação da modelagem. Também devem ser definidas a forma de regulação, os mecanismos a serem utilizados, além da metodologia de gestão do contrato.

Aspectos financeiros são cruciais, desde as decisões iniciais pela delegação até a remuneração do particular e a financiabilidade do projeto, incluindo critérios para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Ao término da PPP ou concessão, a reversão de bens, direitos e deveres ao Poder Concedente deve ocorrer adequadamente, considerando limites e responsabilidades.

Essas etapas, complexas e interligadas, compõem o amplo cenário das PPPs e concessões, e, quando bem utilizadas, tornam-se ferramentas essenciais para atingir objetivos de políticas públicas. Contudo, a complexidade das relações contratuais entre entes públicos e privados exige a convergência de regras e conceitos para alcançar o interesse coletivo em serviços públicos adequados e eficientes.

O curso Estruturação de Parcerias Público-Privada (PPP) e Concessões tem como objetivos: proporcionar uma visão abrangente dos conceitos e fundamentos da delegação de serviços públicos, analisar as responsabilidades do Poder Concedente, identificar pontos de atenção para uma delegação consistente, observar aspectos fundamentais das modelagens jurídicas, técnicas e financeiras, estudar mecanismos de gestão contratual e analisar aspectos financeiros, controle de contratos e término contratual.

Programa:

Módulo 1 – Concessões e PPPs – a delegação de serviços públicos e os objetivos do Estado

- O Estado e os serviços públicos – noção de poder x dever de prestar
- Delegação da prestação de serviços públicos – CF/1988, políticas públicas, competência
- Discricionariedade x princípio constitucional da eficiência
- Desestatização, privatização, concessão – conceitos, amplitude e espécies

Módulo 2 – Concessões e PPPs no Brasil – situação atual

- Concessões e Parcerias Público-Privadas x prestação direta de serviços públicos
- Breve histórico desse tipo de contratações no Brasil
- O quadro atual das concessões e PPPs – setores, peculiaridades e possibilidades.

Módulo 3 – Desafios institucionais da delegação da prestação de serviços

- Titularidade dos serviços públicos – responsabilidade, delegação, regulação e fiscalização
- Planejamento das delegações – aspectos estratégicos, formatação, financiamento
- Finanças públicas e escolha do modelo: limites nos casos de PPPs
- Segurança jurídica – atratividade de projetos e perenização do modelo

Módulo 4 – Principais aspectos da estruturação das concessões e PPPs

- Estruturação – própria, contratada, órgãos de fomento, multilaterais, privada (PMI e MPI)
- Estudos de viabilidade – técnicos e de engenharia – EVTEA, CAPEX e OPEX
- Estudos econômicos – receita, viabilidade econômica, critérios de remuneração
- Estudos jurídicos – elaboração de documentos licitatórios, audiência e consulta pública

Módulo 5 – Principais aspectos das Concessões e PPPs - I

- Licitação – atratividade, julgamento, inversão de fases, exequibilidade de propostas
- Objeto, regime jurídico, obrigações – interesse público x atratividade econômica
- Matriz de Riscos, mecanismos de mensuração de qualidade e de desempenho
- Receitas – principal, acessórias e de projetos associados – a TIR e outros modelos
- Investimentos – definições, cronograma, investimentos adicionais, reequilíbrio

Módulo 6 – Principais aspectos das Concessões e PPPs - II

- Financiamento – garantias, direitos emergentes, *step in* – regras e efeitos
- Participação financeira do Concedente – PPPs, aportes, assunção de obrigações
- Equilíbrio econômico-financeiro e recomposição – previsão legal, aplicação
- Reversibilidade de bens – definições, critérios e mecanismos
- Projetos associados e receitas acessórias – efeitos do término contratual

Módulo 7 – Gestão da execução das delegações pela Administração Pública

- Processo administrativo de gestão – aspectos jurídicos, conceito, importância e efeitos
- Processo administrativo sancionatório – direito constitucional ao devido processo legal
- Controle externo – Tribunais de Contas, Ministério Público – controle direto e indireto
- Consensualismo e mecanismos de solução de controvérsias

Módulo 8 – Regulação de serviços públicos delegados

- Regulação e política pública – limites e relevância
- Regulação discricionária x regulação contratual
- As entidades reguladoras – independência, autonomia e equidistância
- Regulação Responsiva – indo além do modelo clássico de comando e controle

Público-alvo: gestores e técnicos do setor público das áreas de planejamento, estratégia, auditoria, controles internos e jurídico que trabalham direta ou indiretamente com as atividades relacionadas às PPP e Concessões.

Ao término do curso o aluno receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 32 horas